

PARECER EM RECURSO DE LICITAÇÃO

Licitação nº: PE 000086-25

Recorrentes: KIKUÍMICA COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS E EQUIPAMENTOS LTDA e THAYNA DE ALMEIDA LISBOA ME

Recorrida: ACQUAMANIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

1. Requisitos Formais

Atendidos os requisitos de admissibilidade do recurso previstos no Edital (item 12.1):

- Intenção de recurso apresentada dentro do prazo de 10 (dez) minutos após declaração do vencedor e aceita pelo(a) Pregoeiro(a);
- Razões apresentadas dentro dos 3 (três) dias úteis (fls.181 a 193).

Aberto o prazo de 3 (três) dias úteis, houve apresentação de contrarrazões pela licitante: ACQUAMANIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA (fls. 194 a 198).

2. Mérito

As recorrentes alegaram, em síntese:

- Inexequibilidade da proposta;
- Irregularidade na documentação de Habilitação;
- Suposta existência de fraude fiscal.

Em análise às argumentações apresentadas, esta Comissão Permanente de Licitação entendeu pelo **não provimento** dos recursos, pelas razões a seguir expostas.

É importante destacar que cabe à área técnica demandante, detentora de conhecimentos específicos, estabelecer as definições técnicas, em atenção e respeito as premissas que orientam as contratações em âmbito do Sesc, se atentar e sopesar quanto à aplicabilidade das premissas de regências de suas contratações com o fim, primordial, de se alcançar a melhor contratação possível.

Assim, tratando-se de matéria técnica, a área técnica demandante, manifestou-se da seguinte forma:

“No que tange aos aspectos técnicos, cumpre destacar que, considerando a natureza do objeto — contrato de performance — cujo objetivo precípuo é assegurar que a água das piscinas esteja limpa, tratada e apta ao uso, o Termo de Referência apresenta especificações suficientes para garantir a conformidade da entrega com os parâmetros exigidos no edital. Entretanto, a definição da técnica de execução, da quantidade de mão de obra, da relação e do quantitativo de produtos químicos, entre outros elementos do escopo, é de responsabilidade da empresa proponente, que deve pautar-se em sua expertise e experiência na área. Assim, é legítimo que cada licitante adote critérios próprios para composição de seus custos, desde que esteja plenamente ciente das obrigações contratuais e das exigências

editais. Ressalte-se que o escopo do objeto se encontra detalhadamente descrito, tendo sido oportunizado aos interessados o envio de pedidos de esclarecimento durante o procedimento licitatório.

Ao participar do certame, as empresas assumem os riscos inerentes à formulação de suas propostas, comprometendo-se com o cumprimento integral do objeto. A visita técnica, facultada às licitantes, reforça esse compromisso, sendo vedado à contratada alegar desconhecimento das condições de execução, conforme previsto no item 2.9 do Termo de Referência. Do mesmo modo, a minuta contratual estabelece, de forma inequívoca, que a contratada estará sujeita às penalidades previstas na Cláusula 10 – Sanções Administrativas, em caso de descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas. A empresa declarou, ainda, que sua proposta contempla todas as exigências formais, especificações e condições constantes no Termo de Referência. Posto isso, apresentamos a seguir análise e manifestação quanto aos itens específicos tratados na diligência e nos recursos:

Custos com Mão de Obra:

O objeto contratual não exige alocação de mão de obra dedicada em tempo integral, conferindo à proponente liberdade para mobilizar os profissionais técnicos conforme sua estratégia operacional, desde que observadas as normas trabalhistas e as competências profissionais exigidas. Admite-se, inclusive, a execução de múltiplas atividades por um mesmo profissional, desde que comprovadas as qualificações necessárias, bem como a contratação de profissionais locais após a assinatura do contrato, visando à otimização de recursos e tempo. A empresa ACQUAMANIA, em suas contrarrazões, apresentou estratégia de escalação de pessoal em conformidade com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Nesse sentido, considerando que nem todos os profissionais ainda não estão definidos no momento da licitação, e diante da flexibilidade operacional permitida, a proponente declarou que atua com o compartilhamento de mão-de-obra e custos de deslocamento, e que os recursos necessários, considerando essa logística de atuação adotada pela empresa, estão previstos no orçamento e são suficientes.

Logística:

Quanto aos custos logísticos e de mão de obra, a empresa informou que possui atuação em diversos Estados da Federação, o que lhe permite compartilhar despesas de deslocamento e supervisão entre contratos situados na mesma região, promovendo economia e eficiência. Trata-se de estratégia empresarial legítima, baseada na estrutura e experiência da proponente.

Documento de Qualificação Técnica – Alvará Sanitário:

Foi realizada diligência junto à empresa para solicitar esclarecimentos quanto ao alvará sanitário apresentado, bem como ao contato direto com a Vigilância Sanitária da Prefeitura Municipal de Curitiba, órgão competente para emissão e fiscalização do referido documento. O órgão municipal confirmou a veracidade das informações constantes no Alvará Sanitário, esclarecendo, ainda, que todas as atividades descritas no cartão de inscrição do CNPJ da empresa foram devidamente analisadas no âmbito do processo de licenciamento sanitário. Informou, por fim, que o documento emitido destaca exclusivamente a atividade efetivamente exercida no local licenciado, conforme os critérios técnicos e normativos aplicáveis. Diante do exposto, resta confirmada a validade e regularidade do Alvará Sanitário apresentado, para os fins de qualificação técnica exigidos no certame.

Produtos Químicos:

O quantitativo de produtos químicos necessário à adequada execução dos serviços de tratamento e manutenção das piscinas é determinado com base nas características físicas dos tanques, especialmente quanto ao seu volume e dimensões. Tal estimativa poderá sofrer variações em razão de fatores operacionais, tais como a intensidade de uso das piscinas, a especificidade dos equipamentos instalados nas casas de máquinas, bem como a presença de dispositivos acessórios destinados ao tratamento da água. Dessa forma, cada piscina demanda um protocolo de tratamento individualizado, sendo certo que os volumes de produtos químicos a serem aplicados poderão variar conforme a necessidade técnica identificada. A empresa proponente demonstrou domínio técnico quanto à dosagem dos produtos químicos, tendo declarado conhecimento prévio do sistema dosador instalado na unidade Sesc Contagem, o qual requer produto específico para o tratamento da água. Ademais, informou que, na qualidade de lojista, mantém estoque significativo de tais produtos e possui condições comerciais vantajosas junto a fabricantes distribuídos em território nacional. Diante do exposto, presume-se que a proponente possui plena ciência das exigências técnicas relativas

ao tratamento das piscinas da unidade Sesc Contagem, assumindo, por conseguinte, a responsabilidade integral pela estimativa de custos apresentada em sua proposta comercial, especialmente no que tange ao fornecimento dos produtos químicos necessários.

Laudos da qualidade da água:

A proponente trouxe uma estimativa média de custo em seu orçamento no valor de R\$ 175,00 que será destinado ao monitoramento da qualidade da água. Em recurso, tal previsão foi questionada como sendo muito inferior aos valores praticados no mercado, tendo sido apresentado um orçamento no valor de R\$ 597,50. Considerando a diferença entre os valores apresentados (R\$ 422,50), e diante a expressa manifestação da proponente de que possui ciência das exigências relativas à entrega dos laudos de monitoramento da qualidade da água, pressupõe-se, sob a perspectiva jurídica e de análise de risco, que a mesma assumirá integralmente a responsabilidade por qualquer diferença de valores que venha a se manifestar na execução do serviço, responsabilizando-se por eventuais insuficiências orçamentárias que possam surgir na etapa de contratação e execução.”

Cumpra esclarecer que o Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, consolidado pela Resolução nº 1.593/2024 do Conselho Nacional do Sesc, estabelece que as licitações visam à seleção da proposta mais vantajosa, garantindo legitimidade, transparência, eficiência e objetividade na aplicação dos recursos, bem como o alcance das finalidades institucionais.

Dessa forma, o edital deve especificar os critérios necessários para a habilitação dos licitantes, de modo que, uma vez atendidos, presume-se a aptidão do participante para a execução do contrato, assegurando um julgamento isonômico e objetivo, evitando avaliações subjetivas.

Em relação aos argumentos apresentados quanto à suposta inexecuibilidade da proposta, especialmente no que tange aos custos operacionais e logísticos, cumpre destacar que o edital prevê expressamente a possibilidade de o licitante apresentar qualquer prova fidedigna que comprove a viabilidade econômica da proposta. Dessa forma, é imprescindível oportunizar ao licitante a demonstração da exequibilidade antes de qualquer desclassificação, partindo-se da presunção relativa de inexecuibilidade, conforme disposto no item 8.4 do edital:

“A licitante poderá utilizar de qualquer tipo de prova fidedigna e suficiente para demonstrar a exequibilidade do preço ofertado, a exemplo de planilhas aberta de custos, tabela de preços oficiais, cópia de contratos de objetos similares ao licitado com outras entidades etc.”

Nesse sentido, a jurisprudência e a doutrina especializada reforçam que a inexecuibilidade deve ser tratada como presunção relativa, sendo vedadas presunções absolutas, por serem incompatíveis com as premissas que regem o processo licitatório. Veja-se:

“Qualquer presunção de inexecuibilidade deve ser relativa, sendo presunções absolutas incompatíveis com os objetivos e princípios norteadores da licitação.” (JORDÃO, Eduardo; CUNHA, Luiz Filipe. “Esmola demais, o santo desconfia?” A exequibilidade de propostas na Nova Lei de Licitações. Interesse Público – IP, Belo Horizonte, ano 26, n. 145, p. 71-100, maio/ jun. 2024)

“No que se refere à inexecuibilidade, entendo que a compreensão deve ser sempre no sentido de que a busca é pela satisfação do interesse público em condições que, além de vantajosas para a administração, contemplem preços que possam ser suportados pelo contratado sem o comprometimento da regular prestação contratada. Não é objetivo do

Estado espoliar o particular, tampouco imiscuir-se em decisões de ordem estratégica ou econômica das empresas. Por outro lado, cabe ao próprio interessado a decisão acerca do preço mínimo que ele pode suportar.” (Acórdão 2189/2022 – TCU – Plenário)

No julgamento das propostas sempre se deve admitir que o licitante demonstre que sua proposta de preço, embora inferior aos patamares presuntivos legais ou regulamentares, é dotada de racionalidade econômica e, portanto, é exequível. No presente caso, a Comissão Permanente de Licitações realizou as diligências necessárias, as quais foram respondidas de forma satisfatória pela recorrida.

Conforme verifica-se, em resposta a uma dessas diligências, a recorrida manifestou-se formalmente, por meio de ofício, declarando que sua proposta contempla integralmente o fornecimento de todos os materiais, produtos químicos e utensílios necessários ao tratamento, conforme estipulado no edital, bem como o comprometimento com a disponibilização de mão de obra adequada e suficiente para a execução dos serviços.

Adicionalmente, a proponente afirmou que sua proposta inclui visita técnica mensal, com cobertura das despesas de deslocamento e execução das atividades, bem como a prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva, sob responsabilidade de profissional técnico integrante de seu quadro funcional. Em sede de contrarrazões, a recorrente destacou ainda que é uma das maiores lojas de piscinas de Curitiba, com elevado volume de compras e múltiplos fornecedores, o que lhe permite acesso a preços diferenciados (economia de escala), além de possuir estrutura consolidada e atuação em âmbito nacional.

Por fim, importante ressaltar que os princípios da livre iniciativa e da livre concorrência permitem a livre definição, pela sociedade empresária licitante, de suas estratégias negociais e de diferentes modelos de negócios capazes de gerar benefícios tanto para o contratante quanto para o contratado, não podendo o Sesc em Minas se imiscuir em decisões de ordem estratégica ou econômica das empresas.

Quanto à alegada irregularidade no alvará sanitário, foi realizada diligência junto à Vigilância Sanitária da Prefeitura Municipal de Curitiba, que confirmou a veracidade das informações constantes no documento, esclarecendo que todas as atividades descritas no cartão de inscrição do CNPJ da empresa foram devidamente analisadas no processo de licenciamento sanitário. Assim, restou demonstrado que a recorrida atende aos requisitos de qualificação técnica exigidos no Edital, sendo legítima a sua habilitação no certame.

No tocante às alegações de suposta fraude fiscal, cumpre esclarecer que o Sesc não adentra o mérito dessas acusações, as quais devem ser tratadas pelos meios legais competentes. O julgamento realizado pelo Sesc restringe-se exclusivamente aos aspectos técnicos e jurídicos relacionados ao certame em questão.

Diante do exposto, não há irregularidade na aceitação da proposta, considerando que os procedimentos adotados se pautaram na busca da proposta mais vantajosa e nos critérios previamente estabelecidos no instrumento convocatório.

3. Conclusão

Por todo o exposto, presentes os requisitos da tempestividade, motivação, interesse e legitimidade, esta Comissão Permanente de Licitações e o(a) Pregoeiro(a), opina pelo **conhecimento** dos recursos interpostos para, no mérito, **NEGAR-LHES PROVIMENTO**, sendo mantida a decisão sobre o julgamento Pregão Eletrônico nº. 000086-25.

Belo Horizonte, 1 de outubro de 2025.

Jakelyne Costa Alves
Pregoeira